

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE  
CURSO DE PSICOLOGIA

**Gabriella Cortês Luz**

**“ELA TRABALHA AQUI, MAS FAZ PARTE DA FAMÍLIA”**  
Análise psicológica do sofrimento da trabalhadora doméstica

SÃO PAULO  
2022

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE  
CURSO DE PSICOLOGIA

**Gabriella Cortês Luz**

**“ELA TRABALHA AQUI, MAS FAZ PARTE DA FAMÍLIA”**  
Análise psicológica do sofrimento da trabalhadora doméstica.

Trabalho de conclusão de curso para a  
graduação no curso de Psicologia, sob  
orientação do Prof. Dr. Plínio de Almeida Maciel  
Jr.

São Paulo  
2022

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de agradecer a minha família, mas especialmente as minhas três mães; Célia, minha mãe biológica, Mercedes, minha tia quase-mãe e a Iva, que trabalha conosco há mais de trinta anos e também é uma “quase-mãe”. Tive o imenso prazer de ter sido criada por mulheres que me inspiram a ser forte, resiliente e independente.

Ao meu orientador, Plínio, e a minha antiga orientadora, Cris Andrada, pelos esclarecimentos, auxílios e acolhimentos em todo o processo.

E por último, mas não menos importante, as duas trabalhadoras domésticas que aceitaram rememorar suas histórias de vida e foram essenciais para produzir a presente pesquisa.

Por fim, gostaria de dedicar esse trabalho a Iva, que desde pequena é trabalhadora doméstica. Lutou muito para sustentar e cuidar dos três filhos, e ainda cuidou muitíssimo bem de mim. Um cheiro para você, Vivi.

Também dedico a minha avó materna, Maria da Piedade, que é meu maior exemplo e este ano completou cem anos. Mesmo que em outros enquadres, também foi trabalhadora doméstica e batalhou para conquistar a vida que tem hoje.

7.000.00.00-0 – CIÊNCIAS HUMANAS

7.07.00.00-1 – PSICOLOGIA

Título: “ELA TRABALHA AQUI, MAS FAZ PARTE DA FAMÍLIA” - Análise psicológica do sofrimento da trabalhadora doméstica.

Ano: 2022

Autora: Gabriella Cortês Luz

Orientador: Prof. Dr. Plínio de Almeida Maciel Jr.

## RESUMO

O trabalho doméstico exercido por mulheres pobres e majoritariamente negras em lares de camadas médias e altas é um fenômeno característico da cultura brasileira. Tal fenômeno fomenta uma ambiguidade em meio às dinâmicas relacionais entre trabalhadora doméstica e família para a qual ela trabalha, salientando a existência da desigualdade social, racial e de gênero no Brasil. O objetivo dessa pesquisa foi compreender como as trabalhadoras domésticas experienciam o sofrimento psicossocial causado pela relação ambígua de afeto e dominação anteriormente mencionada. O método utilizado para investigar como a trabalhadora doméstica experimenta tal sofrimento foi o da pesquisa empírica e qualitativa, baseado em marcos teórico e metodológico da Psicologia Social Crítica e outras contribuições no campo dos estudos raciais e de gênero, por meio de entrevistas semiestruturadas com duas trabalhadoras domésticas que trabalham há mais de quinze anos em lares de bairros nobres da Grande São Paulo. As análises indicaram que as relações entre trabalhadora e empregadores são marcadas por carinho e intimidade, principalmente com as mulheres e filhos dos empregadores, o que possibilita que situações de discriminações e preconceitos passem despercebidas por elas. Além disso, foi possível identificar claras semelhanças entre o trabalho doméstico e o trabalho escravo, concluindo que mesmo após a regulamentação desta ocupação, tais mulheres vivem sob condições precárias e desumanas.

**palavras-chave:** trabalhadoras domésticas, desigualdade social, ambiguidade afetiva, sofrimento psicossocial, Psicologia Social Crítica.



## SUMÁRIO

<b>1. Introdução.....</b>	<b>2</b>
<b>2. Objetivo.....</b>	<b>10</b>
<b>3. Método.....</b>	<b>11</b>
<b>4. Memória.....</b>	<b>13</b>
<b>5. Síntese biográficas.....</b>	<b>15</b>
<b>6. Análise das entrevistas.....</b>	<b>18</b>
<b>7. Comparação das entrevistas.....</b>	<b>27</b>
7.1 Trabalho doméstico por obrigação.....	27
7.2 Sedução por meio do dinheiro.....	29
7.3 Emoção e Discriminação.....	30
7.4 As Mães-Pretas da contemporaneidade.....	31
<b>8. Considerações Finais.....</b>	<b>33</b>
<b>9. Referências Bibliográficas.....</b>	<b>36</b>
APÊNDICE A – Roteiro de entrevistas.....	41

## 1. Introdução

O trabalho físico e emocional exercido pelas trabalhadoras domésticas está presente na grande maioria dos lares de famílias brasileiras de classe média alta e alta, que contam, praticamente todos os dias da semana, com a ajuda de tais mulheres na manutenção e limpeza da casa, culinária e cuidados de crianças e idosos. A dinâmica de tal serviço é permeada por uma ambiguidade: ora a trabalhadora vive na intimidade da família e desempenha o papel de um “quase familiar”, ora vive uma realidade análoga à escravidão. O interesse em analisar o tema surgiu a partir da trajetória de vida da autora – mulher, branca e de classe média alta -, que cresceu recebendo o carinho e os cuidados de uma trabalhadora doméstica. É evidente nessa relação o estreitamento dos laços, mas ainda com ressalvas quanto à verdadeira função da trabalhadora na casa.

A empregada doméstica é definida como aquela “que presta serviços de natureza contínua e de finalidade não lucrativa à pessoa ou às famílias no âmbito residencial destas” (Decreto-Lei nº 71.885, 1972 p. 1). Ao discutir sobre a terminologia adequada, cabe ressaltar que Santos (2010) se mostra a favor da denominação de tais mulheres como trabalhadoras domésticas, pois “o termo ‘empregada’ remete a contextos de ausência de reconhecimento profissional e político” (SANTOS, 2010, p. 13). Quanto à condição de trabalho, há uma diferenciação nesse quesito: no residir ou não no lar em que trabalha e na função que designa para aquela família, seja ela faxineira, cozinheira ou babá. Porém, é comum nos lares brasileiros que tais funções sejam entrelaçadas, resultando na diversidade de afazeres da trabalhadora doméstica.

Levando em consideração o lugar negligenciado que é dado ao trabalho doméstico na estrutura socioeconômica brasileira, é de extrema importância apresentar o tardio reconhecimento desta ocupação como um trabalho regulamentado e com condições dignas, mesmo sendo “uma das atividades laborativas mais antigas”, como analisa Bezerra (2017). A autora ainda conclui que “a demora na normatização da profissão e a frágil regulamentação pode ser considerado um reflexo da desvalorização dessa atividade na sociedade” (BEZERRA, 2017, p. 128). Somente em 1972 é que a profissão foi regulamentada (Decreto-Lei nº 71.885/72, citado anteriormente). Posteriormente, na Constituição de 1988, alguns direitos fundamentais trabalhistas foram negados a este grupo de mulheres, mais uma vez

sendo colocadas à margem de reconhecimento. Apenas em 2011 foi aprovada a Convenção nº 189, que trata do trabalho decente para as trabalhadoras e trabalhadores domésticos (OIT, 2011), que estabelece normas referentes à proteção da garantia dos direitos humanos das trabalhadoras domésticas, por exemplo, contra qualquer tipo de violência, e referentes às condições de trabalho, de remuneração e adoção de medidas de saúde e segurança do trabalho.

A classificação da população – feita conforme moldes eurocentrados e baseados na escravidão – produziu, segundo Bernardino-Costa (2015), uma organização hierárquica em que identidades raciais ocuparam lugares correspondentes à dominação, enquanto outras se mantiveram desvalorizadas socialmente. Essa diferenciação permanece presente até os dias de hoje, na medida em que se mantém o trabalho doméstico como algo característico da cultura e do cotidiano brasileiro. Cabe comentar que, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Brasil é o segundo maior país empregador doméstico e, de acordo com registros históricos, foi o último país a abolir a escravidão. Ainda que exista distinção entre trabalho doméstico e escravidão, como foi elucidado por Brites (2007), ela é evidenciada de forma sutil, na qual a relação de poder entre patroa<sup>1</sup> e trabalhadora é mascarada, na esmagadora maioria das vezes, por uma troca afetiva.

É ao escrutinar sobre as trocas afetivas e ambivalentes entre tais trabalhadoras e suas patroas que Donna Goldstein (2003) denomina o termo “ambiguidade afetiva”, referente à relação íntima de amizade e carinho permeada pelo dinheiro e por uma hierarquia social. A partir deste termo, Lana (2016) revela,

No Brasil, a miscigenação acentua a ambiguidade afetiva. A polarização entre classes altas e baixas não ocorre, no trabalho doméstico brasileiro, por oposição, já que os conflitos sociais são experimentados através de laços de proximidade. (p.126)

Na mesma direção, Nogueira e Guedes (2021) afirmam que tais relações de intimidade, contato e diálogo só se mantêm possíveis justamente pela desigualdade social, uma vez que os negros estão submetidos a lugares inferiores na sociedade.

---

<sup>1</sup> É interessante pensar nos termos “patroa”, “patrão” e “patrões” comumente utilizados no Brasil para se referirem aos empregadores das trabalhadoras domésticas. Estes termos remetem e são derivações do termo latino “pater”, que significa “pai”. “Patrão” é uma palavra comumente associada com “senhor”, “proprietário”, “aquele que manda e comanda”. (fonte: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/patrao>).

Acrescentando-se à noção descrita por Goldstein (2003), é também possível descrever tais relações através do “trabalho reprodutivo” exercido pelas trabalhadoras domésticas. O termo cunhado pela antropóloga Shellee Colen (1995) é utilizado para se referir ao trabalho “físico, mental e emocional necessário para a geração, criação e socialização de crianças, assim como a manutenção de casas e pessoas (da infância à velhice)” (COLEN, p. 78 apud BRITES, 2007, p. 94). No entanto, Brites (2007) afirma que o fato de existir essa carga forte de afetividade não impede que ocorra uma relação hierárquica, com clara demarcação entre patrão e subalterno, deixando evidente a existência de um antagonismo entre esses dois grupos, manifestando assim a desigualdade social existente. De acordo com Silva et al. (2017, p. 459), “tais relações revelam submissão, mas também a resistência e o enfrentamento, por vezes violento, vividos pela empregada doméstica.”

Ainda pensando nos sentidos atribuídos ao trabalho doméstico, é necessário compreender o trabalho feminino, caracterizado por Diogo (2005) pela desvalorização cultural, ocupação de cargos vulneráveis e maior índice de desemprego. Outro aspecto relevante para tal compreensão é o fato de os papéis na sociedade serem generificados: como discorrem Hirata e Kergoat (2007), a mulher se enquadra naquele que cuida, que reproduz a vida e mantém a casa e seus familiares. Não é à toa que é extremamente raro encontrar pessoas do gênero masculino atuando em profissões de cuidado, limpeza etc.

Além do trabalho formal remunerado, recai sobre a mulher o dever de cuidar de seus lares e familiares, fenômeno referido na literatura como dupla jornada de trabalho. Considerando a inserção da mulher no mercado de trabalho, é de extrema relevância reconhecer que tal movimento ocorre graças às mulheres negras. Isso permitiu à mulher branca sair de suas casas para trabalhar, enquanto seus deveres domiciliares são executados pelas trabalhadoras domésticas.

Ao compreender como se dão as dinâmicas relacionais ambíguas expressas entre patroa e trabalhadora doméstica, Kofes (1990) entende que o serviço doméstico não se encaixaria em um modelo de trabalho tradicionalmente capitalista e, em contrapartida, “[...] atribui-lhe a característica de ‘afetivo’, paternalista” (p. 27), algo que o impede de ser materializado. A autora justifica tal afirmação esclarecendo que esse serviço é realizado dentro da instituição “família”, instituição impossibilitada de converter dinheiro em capital (SAFFIOTI, 1976 apud KOFES, 1990, p. 26). Ademais,

Kofes (1990) discute sobre a dificuldade em especificar o trabalho doméstico assalariado e a complexidade da relação entre patroa e trabalhadora. Portanto, ela conclui que “o trabalho doméstico, não sendo produtivo, nem é chamado de trabalho [...], sendo que, neste caso, [...] as relações são dissolvidas nos termos ‘condutas afetivas’.” (Ibid., p. 27)

Nesse contexto, é de extrema relevância comentar acerca do início dos serviços domésticos na sociedade. De acordo com Flandrin (1991), antigamente, ser um serviçal demonstrava mais uma ação solidária do que um desprestígio, visto que se observava comumente familiares realizando trabalhos domésticos para suas próprias famílias (FLANDRIN, 1990 apud BRITES, 2000, p. 62). A proximidade entre patrão e empregado não existia somente por conta desse histórico de laços familiares. Era a chamada “hierarquia de funções” que determinava se a relação era íntima ou não - quem possuísse uma função mais alta hierarquicamente, ganhava mais benefícios que os abaixo dele, mesmo que esse fosse integrante da família (Ibid., p. 62).

Em suma, conforme conclui Brites (2000), compreende-se que a instauração dos serviços domésticos na sociedade já foi relacionada a uma hierarquia, em que aqueles que possuíam funções superiores desfrutavam de algum benefício comparado aos demais. Traçando um paralelo com o período escravocrata brasileiro, como elucida Souza (2000, p. 73), “a escravidão no Brasil é violenta [...] ela admite proximidade e influência recíproca entre as culturas dominante e dominada.”

Observa-se, por conta dessa hierarquia social, que predominam os poderes dominantes em que há preservação de uma versão mascarada da escravidão no Brasil, a “escravidão não-conclusa” (PRETA-RARA, 2019). Assim, o trabalho que anteriormente era exercido pelos escravos e escravas, após a abolição de 1888, passou a ser realizado por mulheres negras de baixa renda. Tal afirmação pode ser comprovada pela pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em 2019, que revela que, de 6,2 milhões de pessoas empregadas no serviço doméstico, 3,9 milhões são mulheres negras (IPEA, 2019).

Durante a época colonial, a mulher negra exercia duas funções: a trabalhadora do eito<sup>2</sup> e mucama<sup>3</sup>. Em ambas as posições, “coube-lhe a tarefa de doação da força moral para seu homem, seus filhos ou seus irmãos de cativo” (GONZALES, 2020, p. 53). Porém, para as mucamas, além de cuidar de seu respectivo núcleo e lares, elas deviam manter o bom andamento da casa-grande, tanto no quesito afazeres da casa quanto nos cuidados das crianças dos senhores. Assim, fica nítido que mucamas e trabalhadoras domésticas desempenham o mesmo papel. Pode-se concluir, então, que na contemporaneidade o único aspecto que as diferencia é o salário, principalmente para aquelas trabalhadoras que moram nas casas em que trabalham (KOFES, 2001, apud SILVA et al., 2017, p. 456).

Mesmo após a abolição da escravidão, a manutenção das mulheres negras na base da pirâmide social brasileira revela que os critérios para formação dessa estrutura hierárquica foram baseados na raça, classe social e gênero (PRETA-RARA, 2019). Conforme Collins (1990/2019), há uma interseção de três tipos de hierarquia quando se pensa nas atividades domésticas: a hierarquia de raça (as mulheres negras trabalhando para as mulheres e homens brancos), a hierarquia de renda (pessoas de classes baixas trabalhando a um custo muito pequeno para as de classes altas) e a de sexo (o gênero subalterno, mulheres, representando a maior parte dos trabalhadores).

Tal enlace dos diferentes sistemas de opressão é descrito no conceito sociológico chamado de Interseccionalidade, usado pela primeira vez pela professora de Direito e crítica teórica da raça estadunidense Kimberlé Crenshaw em 1989<sup>4</sup>. Refere-se a uma atividade conjunta das diversas formas de discriminação na produção de uma sociedade mais desigual. Ou seja, como apresenta Lima (2020, p. 5), tal ferramenta teórica “permite dar visibilidade à multiplicidade de experiências do ‘ser mulher’”.

Ao considerar a interseção das hierarquias descrita por Collins (1990/2019), faz-se necessário expor as discussões sobre a existência de uma consubstancialidade

---

<sup>2</sup> limpeza ou roçado de uma plantação.

<sup>3</sup> no Brasil e na África portuguesa, escrava negra, geralmente jovem, que ajudava nos serviços caseiros e acompanhava a dona da casa em passeios, podendo ser também ama de leite.

<sup>4</sup> CRENSHAW, K. **Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, Feminist Theory and antiracist politics.** University of Chicago Legal Forum, v. 1989, n. 1, Article 8.

entre diferentes relações sociais, no caso, relações sociais de gênero, classe e raça. Embora os conceitos de interseccionalidade e consubstancialidade sejam aparentemente semelhantes, é importante apontar que há distinções na formulação de cada um deles. Kergoat (2012) defende que as opressões são consubstanciais, elas se relacionam de forma qualitativa, formando um nó que não pode ser sequenciado. Além disso, a autora aponta que tais relações também são coextensivas, elas se “reproduzem e se coproduzem mutuamente” (KERGOAT, 2012 apud CISNE, 2014, p. 143).

Tendo em vista que a relação de afeto e cuidado é permeada por uma desigualdade gritante em torno da vida das trabalhadoras domésticas, se faz necessário avaliar a experiência do sofrimento de tais mulheres. Para elucidar como se estabelece a relação entre desigualdade e sofrimento psicossocial, é essencial levar em consideração o que foi elucidado por Gentilli (2011),

A relação do psiquismo humano nas diferentes estruturas clínicas nas quais a subjetividade se organiza estabelece-se na relação com o outro, seja este outro configurado nas relações primárias mais próximas, seja subsumido nas formas que a vida social possibilita. (p. 218)

Dessa maneira, é possível compreender que as questões psíquicas e, conseqüentemente, a saúde mental, estão diretamente ligadas às relações de trocas que são estabelecidas com o outro e com o mundo, considerando o contexto social, econômico e político no qual o sujeito vive. Logo, a saúde mental se expressará de forma diversa nas relações de gênero e nas distintas classes sociais (LUDERMIR, 2008).

Com o propósito de entender a vinculação entre a condição de trabalho e o surgimento de distúrbios mentais, Le Guillant (2006) realizou um estudo com trabalhadoras domésticas. A partir de sua análise, observou-se que “a profunda desvalorização, as provações morais, físicas e as humilhações a que estão sujeitas na condição de domésticas alimentam nessas trabalhadoras um forte ressentimento” (VIEIRA, 2014, p. 79). Ademais, o autor afirma que a ambigüidade de sentimentos vivida pelas trabalhadoras, descrita anteriormente, é o que faz com que elas passem “[...] a viver uma ‘despersonalização’ e a ‘solidão/isolamento’, denominador comum das principais situações sociais psicopatológicas” (LE GUILLANT, 2006, p. 268 apud VIEIRA, 2014, p. 79).

A fim de analisar o sofrimento psicossocial, é necessário compreender o significado de humilhação social. Segundo Gonçalves Filho (2020), psicólogo e pesquisador do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, esse conceito pode ser explanado como um sofrimento causado pela dominação, que passa de geração em geração, atingindo determinado grupo de oprimidos. Como foi citado pelo autor,

A dor sempre precede o seu reconhecimento mais consciente, mais ainda a dor de longa duração, coletivamente padecida. O humilhado não sabe bem por que chora e nunca chora apenas por si próprio, chora a dor enigmática e chora a dor somada. (GONÇAVES FILHO, 2020, p. 195)

Ao determinar que a discussão de desigualdade social está obrigatoriamente relacionada à dominação, Gonçalves Filho (2020) infere que a dor da humilhação social está presente nas relações hierárquicas e que é sentida pelos oprimidos há várias gerações. Considerando o contexto das trabalhadoras domésticas, que vivem uma realidade análoga à escravidão permeada pelas relações ambivalentes com os patrões, foi apresentado por Silva et. al (2017) ao retomar Le Guillant (2006),

A humilhação se faz visível nos elementos que designam a "condição" de doméstica: o modo de se vestir, o quarto de dormir, até mesmo a linguagem, além das relações de dependência e submissão. Para o autor, o ressentimento e a humilhação constituem o dado primeiro da existência concreta das empregadas domésticas. (p. 459)

Tendo em vista que as trabalhadoras domésticas se encontram diante de um abismo social que expõe a ultrajante diferença financeira, social, cultural, de acesso a bens de consumo, tal como distanciamentos afetivos existentes nas relações com as patroas, pode ser entendido que elas são socialmente humilhadas. Essa ideia fica evidente na exposição de Silva et. al (2017) que citam novamente Le Guillant (2006),

a condição de empregada doméstica como um elemento que atravessa o processo de subjetivação, em uma tensão constante, entre a sua afirmação como sujeito autônomo e uma cidadã de direitos, e a sua submissão ao poder dos patrões, ao sentimento de menos valia, gerado por sua atividade laboral desvalorizada. (p. 460)

A partir dessa argumentação, propõe-se nessa pesquisa empreender esforços no sentido da compreensão desse fenômeno social, muitas vezes silenciado, em meio às dinâmicas relacionais expressas entre trabalhadora doméstica e empregadora. Sendo assim, *como tais trabalhadoras são afetadas psicologicamente diante de uma*

*realidade contraditória em que ora são tratadas como “parte da família”, ora são humilhadas socialmente?*

A escolha do tema se justifica por se tratar de um fenômeno que está presente na sociedade brasileira há décadas, consequência de resquícios do colonialismo no país. No entanto, a sua longa existência na história brasileira não assegura uma visibilidade para o tema, muito pelo contrário, ele é negligenciado e silenciado pela sociedade, considerando que tal fenômeno atinge um grupo que constitui uma minoria social: mulheres, majoritariamente negras, de baixa renda e que exercem os serviços domésticos para as classes mais altas. Vale ressaltar que, para Tajfel (1983), é a posição social caracterizada por traços desvalorizados pelos dominadores que define a minoria de um grupo, e não a sua quantidade. Portanto, o tema é de grande relevância para a Psicologia, na medida em que abre um espaço para questões sociais pouco discutidas e permite dar voz e visibilidade para o grupo protagonista em questão. Ademais, busca investigar e problematizar a existência de desigualdades sociais, raciais e de gênero que permeiam essa relação de trabalho recorrente da cultura brasileira.

## 2. Objetivo

O objetivo da presente pesquisa é a compreensão do sofrimento psicossocial vivenciado pelas trabalhadoras domésticas.

Dado o objetivo, sofrimento psicossocial pode ser entendido a partir da perspectiva de Sawaia (1999) sobre sofrimento ético-político. De acordo com a autora, tal sofrimento é “a vivência cotidiana das questões sociais dominantes (...), especialmente a dor que surge da situação social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor (...)” (p.104). Ou seja, pode-se dizer que o sofrimento ético-político é exclusivamente de ordem social, determinado conforme as condições sociais vividas pelo indivíduo. De igual forma, tal ideia fica expressa na seguinte conclusão da autora

A exclusão vista como sofrimento de diferentes qualidades recupera o indivíduo perdido nas análises econômicas e políticas, sem perder o coletivo. Dá força ao sujeito sem tirar a responsabilidade do Estado. É no sujeito que se objetificam as várias formas de exclusão (...). É o indivíduo que sofre, porém, esse sofrimento não tem gênese nele, e sim em intersubjetividades delineadas socialmente. (SAWAIA, 1999, p. 98)

Ainda pensando na compreensão de sofrimento e retomando o conceito previamente apresentado, a concepção descrita por Sawaia (1999) dialoga com a perspectiva de Gonçalves Filho (2020) sobre a humilhação social. Conforme o autor, humilhação social pode ser entendida como o sofrimento causado pela dominação, que surge antes do reconhecimento consciente e é sentida coletivamente.

### 3. Método

Diante do silenciamento e questionável relevância dados à condição social das trabalhadoras domésticas e suas subjetividades, foi selecionado um método de pesquisa que permite reconhecer a voz de tais mulheres. Como elucida a crítica e teórica indiana Gayatri Spivak em sua obra mais conhecida: “*Pode um subalterno falar?*” (SPIVAK, 1985/2018), é necessário criar condições para que a subalterna fale a partir de si e por si, e não falar por ela. Neste sentido, a pesquisa realizada que resultou neste trabalho de conclusão de curso é caracterizada como qualitativa, pois buscou compreender e discutir as vivências das trabalhadoras domésticas participantes da pesquisa sob seus próprios pontos de vista.

Visando reconhecer as vozes de trabalhadoras domésticas, foram realizadas entrevistas semiestruturadas em profundidade (MINAYO, 2014) com as duas participantes.

A coleta de informações foi feita a partir de um roteiro de perguntas (APÊNDICE A). Porém, cabe ressaltar que tal procedimento não se confunde com um inquérito ou anamnese, onde a entrevistada somente responde àquilo que foi perguntado a ela. O fato de terem sido realizadas entrevistas semiestruturadas em profundidade permitiu às participantes compartilharem outras informações que julgaram pertinentes. Foi interessante coletar os relatos desta forma, pois aquilo que foi compartilhado espontaneamente com a entrevistadora revela características delas próprias, informações fundamentais para a análise de suas subjetividades.

Quanto às entrevistadas, são 02 (duas) trabalhadoras domésticas que trabalham há mais de quinze anos para as mesmas famílias. Levando em consideração que o trabalho de tais mulheres está presente somente nos lares brasileiros de classe média e alta, foram entrevistadas mulheres que trabalham em bairros nobres da Grande São Paulo. Entendendo o caráter de dominação presente nessa relação de trabalho, as entrevistas foram realizadas em locais escolhidos por elas próprias e que, sob suas próprias perspectivas, ofereciam a preservação de suas privacidades, com o intuito de evitar qualquer prejuízo ou opressão dos quais elas pudessem ser alvo.

O método de investigação escolhido para essa pesquisa foi o da perspectiva da Psicologia Sócio-histórica e de outros campos de estudo que contribuiriam para a

compreensão dos diferentes sentidos presentes nas falas das trabalhadoras. Para isso, é necessário levar em consideração o caráter individual e único, ao mesmo tempo que histórico e social, que configura o sujeito, entendido pela principal abordagem escolhida. A fim de analisar as entrevistas de forma profunda, foi feita uma análise qualitativa dos relatos coletados em cada uma delas, selecionando os conteúdos mais pertinentes para a pesquisa. Em seguida, a partir dessa análise individual, foram elencadas temáticas para comparar a vivência de cada trabalhadora doméstica, resultando, assim, nas conclusões e considerações possíveis apresentadas na parte final deste trabalho.

Acrescento que o Projeto de Pesquisa que culminou neste Trabalho de Conclusão de Curso foi aprovado pelo Comitê de Ética da PUC-SP sob o protocolo número 5.137.685.

#### 4. Memória

Tendo em vista o objeto de análise da presente pesquisa — depoimentos de trabalhadoras domésticas sobre sua história de vida e história de trabalho —, faz-se necessário expor os estudos de alguns autores sobre a memória, sobretudo ao pensar no apagamento da mulher negra no processo de formação e história da sociedade brasileira. A noção de memória aparece como uma forma de restituir “uma história que não foi escrita, o lugar de emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção” (GONZALES, 2020, p. 78).

De acordo com a pesquisadora e psicóloga social brasileira Ecléa Bosi (1993), memória social pode ser entendida como um objeto fundamentado no tempo, tempo esse vivido, reputado de lembranças e manifestado pela cultura e pelo indivíduo. Além disso, Bosi (*op. cit.*) esclarece como “o conjunto das lembranças é também uma construção social do grupo onde vive” (p. 281), de forma que o grupo pode exercer a função de testemunha das experiências vividas.

Em outras palavras, considerando o pensamento de Halbswachs (1956), a memória tem um caráter grupal, à medida que a constante recomposição e, conseqüentemente, permanência do passado se dá pela memória coletiva. Tal trabalho ocorre com a ajuda de “imagens e ideias, valores e afetos vinculados a grupos sociais” aos quais o depoente pertencia (HALBSWACHS, 1956 apud FROCHTENGARTEN, 2005, p. 367).

Retomando os estudos de Halbswachs (1956), o ato de recordar, que está constantemente em reconstrução, é considerado um processo linguístico. Conforme Frochtengarten (2005), ao compartilhar sua biografia, o memorialista oferece um discurso incompleto e variável (p. 374). Ao lembrar, o tempo deixa de seguir uma linearidade. Bosi (2003) enfatiza a existência de uma “ordenação pessoal”, que tem como regra a lógica afetiva, possibilitando que o narrador crie de forma subjetiva. Como diz a autora, “recontar é sempre um ato de criação” (*op. cit.*, p. 62). A partir da recordação de uma vivência, outra é reacendida e, quando amarradas, formam um novelo de recordações.

Pensando no compartilhamento da narrativa, Frochtengarten (2005) revela a importância da escuta do ouvinte para que o narrador convoque o passado, especialmente nos casos em que esse narrador se encontra sozinho e distante de

qualquer outro elemento pertencente ao tempo já vivido. Dessa maneira, é possível atribuir algum sentido para propiciar a abertura do passado no presente. Em virtude disso, o autor conclui que tal reunião, entre depoente e interlocutor, “é cimentada pela vitalidade do passado” (FROCHTENGARTEN, 2005, p. 374). De igual modo, Rosa (2018), afirma que “a escuta que supõe romper barreiras e resgatar a experiência compartilhada com o outro deve ser uma escuta como testemunho e resgate da memória.” (ROSA, 2018, p. 44 apud BOAS, 2022, p. 53)

Quanto às narrativas, vale comentar sobre a pesquisa em campo realizada por Leser de Mello (1988). Ao entrevistar mulheres do campo e da periferia de São Paulo, a pesquisadora salienta a forma peculiar pela qual as narradoras estabelecem diálogo com o interlocutor, que ela caracteriza como “testemunha, co-partícipe da ação ou da reflexão” (p. 25). Além disso, ela aponta a qualidade dramática dos depoimentos, marcados por “hesitações” e “voltas e contravoltas do pensamento” (p. 26), sobretudo, exemplificando o caráter indistinto do discurso narrado, como foi comentado anteriormente.

De acordo com Frochtengarten (2004), entendendo a fundamental presença de um ouvinte para possibilitar a memória oral e a complexidade do ato de rememorar, é necessário um roteiro que desperte a comunicação do memorialista, trazendo à tona as experiências vividas e uma narrativa subjetiva, de forma que não perca a fluidez da elaboração.

Portanto, foi para atender a essa demanda que o método proposto na presente pesquisa é qualitativo e usou como estratégia metodológica as entrevistas semiestruturadas com roteiro de perguntas pré-elaborado, mas também aberto a novas perguntas surgidas espontaneamente no contato com cada uma das entrevistadas. Assim, permitiu-se a liberdade das memorialistas em recordar e compartilhar aquilo que desejaram.

## 5. Síntese Biográfica de cada entrevistada

Anterior a análise das entrevistas, será apresentada uma breve síntese biográfica de cada trabalhadora, a fim de contextualizar sua trajetória de vida e de trabalho, assim como algumas vivências pessoais pertinentes para a presente pesquisa. Quanto ao local de cada entrevista, Carmen foi entrevistada no hall do prédio onde trabalha, lugar escolhido por ela. Já a entrevista de Dida foi feita na sala de estar da casa que trabalha, também escolhido por ela. Para ambas foi mencionada a importância de estar em um ambiente no qual elas se sentissem à vontade. Não houve interrupções ou presença de outros indivíduos. Por fim, cabe repassar, como já foi mencionado no método, foi utilizado um roteiro para orientar a entrevista e esta foi gravada em áudio com a anuência das entrevistadas.

### CARMEN

Carmen, uma das trabalhadoras domésticas interlocutoras desta pesquisa, tem 66 anos e se autodeclara como negra. Nascida em São Paulo, ela trabalha desde os doze anos de idade com serviços domésticos, cuidando de outras crianças após a escola.

Compartilha que não teve infância, não apenas por ter começado a trabalhar cedo, mas também porque “as coisas em casa não eram fáceis”. Irmã de outras três mulheres, Carmen diz ter sido a preterida em sua família. Inclusive no núcleo familiar, ela comenta ter sofrido muita discriminação racial. A partir de seus relatos, fica evidente sua posição de resistência nas lutas raciais, trazendo várias situações de violência em que “não deixou quieto”.

Atualmente, trabalha para uma família há quase vinte anos. Perfeccionista, diz gostar de fazer de tudo; “um trivial variado simples, mas bem-feito” e sem interrupções. Por conta de sua idade, conta com a ajuda de uma faxineira, que, de acordo com a entrevistada, não faz um bom serviço e, por isso, prefere trabalhar sozinha. Nos dias de hoje entra às 6h30, de segunda a sexta-feira, e trabalha nos finais de semana quando necessário.

Carmen mora a cinco minutos do serviço, em um apartamento numa “comunidade”<sup>5</sup> que foi comprado com ajuda financeira destes patrões. No início, “dormia no serviço” (isto é, dormia na residência dos empregadores), como em outros empregos anteriormente, mas hoje diz prezar muito pelo seu próprio espaço, afirmando: “não abro mão de dormir em minha cama”.

Quando questionada quanto às dificuldades no trabalho, negou que as tivesse, falando que “já vem de berço”, dando a entender que tais dificuldades se relacionam com a sua condição de mulher negra. Entretanto, compartilha que já passou por muita humilhação em outros trabalhos; viveu situações de extrema vulnerabilidade, trabalhava em condições desumanas e sem regulamentação.

Sobre as dinâmicas relacionais, a trabalhadora fala com muito carinho das “crianças” da família, hoje jovens adultos, que já saíram da casa dos pais. Sobre seus empregadores atuais, mostra-se ser muito grata a eles.

## **DIDA**

Dida foi a outra trabalhadora entrevistada nessa pesquisa. Nordestina e negra, trabalha desde os quinze anos com serviços domésticos. Quando questionada sobre a juventude, não se arrepende de ter começado a trabalhar cedo, pois a mãe era muito protetora e não deixava os filhos saírem com os amigos. Portanto, Dida preferia ir trabalhar a ficar em casa.

Nos dias de hoje, com 38 anos, trabalha há dezoito anos para a mesma família. No momento é responsável pela limpeza da casa, mas foi contratada inicialmente para ser a “babá” das crianças, época na qual dormia todos os dias na casa de seus empregadores, folgando somente aos finais de semana. Há cinco anos mora de aluguel no Alto da Lapa, onde vive com o marido e a filha de três anos. Enquanto ela está no trabalho, a criança fica na creche e, quando necessário, o marido, que trabalha no período da noite, cuida da filha.

Sobre o dia a dia no trabalho, Dida conta que chega no serviço por volta das 6:00hs da manhã e sai às 16:00hs. Ela vai e volta do local de trabalho com o carro

---

<sup>5</sup> Cabe esclarecer que é muito comum no município de São Paulo, bem como em outras metrópoles brasileiras, haver construções populares em áreas não regularizadas pelo poder público que fazem parte de bairros de classe média alta, o que acaba sendo uma explicitação dos contrastes e das imensas desigualdades sociais existentes no Brasil.

dado pelos patrões e folga dois sábados no mês. Dida chega cedo para auxiliar a cozinheira com o café da manhã, pois sua parceira de trabalho dorme na residência dos empregadores e acaba indo dormir tarde todas as noites. Fala da flexibilidade com os horários, afirmando que a “patroa” “dá liberdade” a ela, e que por mais que tenham “cargos” no serviço, não há funções pré-estabelecidas. Diz que faz o que precisa ser feito. Por ser a trabalhadora mais antiga da casa, além dos serviços domésticos, também cuida da parte financeira (pagamento dos demais funcionários) e compras.

Em relação às dinâmicas relacionais, Dida diz ter muito carinho pelos integrantes da família para a qual presta serviço, principalmente das “crianças”, hoje adolescentes que moram no exterior, e da “patroa”, que a considera seu “braço direito”. Compartilha que se sente parte da família e vê as “crianças” como seus próprios filhos. E quanto às dificuldades no trabalho, nega que as tenha e fala que sempre teve “sorte” em todas as casas que trabalhou. A única queixa de Dida é pelo tardio reconhecimento do trabalho doméstico remunerado. Aponta como se sente mais amparada após a PEC das domésticas, afirmando que passou os primeiros anos de trabalho sem ter registro em sua carteira profissional.

## 6. Análise das entrevistas

Nesse item serão apresentadas duas análises, específicas de cada entrevistada, elencando conteúdos que carregam um caráter emocional e aprofundando-os de acordo com o objetivo da presente pesquisa.

Cabe revelar que nenhum discurso foi alterado ou corrigido, entendendo a importância de manter os trechos discursivos exatamente como foram expressos pelas entrevistadas e evitando colocá-las, mais uma vez, em uma posição de possível humilhação e desconforto. A fim de garantir o sigilo e preservar as trabalhadoras, seus nomes foram alterados assim como os nomes de integrantes das famílias empregadoras.

### CARMEN

Logo no início de seu relato, Carmen demonstra explicitamente sua desolação em relação ao racismo<sup>6</sup> vivido de forma tão corriqueira no Brasil e, conseqüentemente, por ela, que se autodeclara como negra. Ela compartilha com repulsão algumas vivências de discriminação pelas quais passou. Conclui que *“o racismo ainda não acabou e tá muito longe de acabar, o negro sofre muito e em todos os lugares [...] racismo é muito triste, as pessoas te olham com indiferença”*. Entretanto, no fim de sua constatação, Carmen afirma não sofrer qualquer tipo de discriminação com a atual família empregadora. Para exemplificar, comenta como a patroa apoia que ela use seu cabelo natural e como um dos “meninos” (como ela se refere aos filhos dos “patrões”, ambos maiores de idade) já a incentivou a denunciar um caso de racismo que ela havia passado.

No entanto, por mais que Carmen julgue não sofrer racismo no atual trabalho, fica evidente o lugar de subalterna que é destinado a ela tanto nesta família como em trabalhos anteriores e na sociedade. É importante ressaltar a intersecção de diferentes tipos de opressão vividos por Carmen enquanto mulher, negra, trabalhadora doméstica e, conseqüentemente, pobre no Brasil. Ou seja, como diferentes tipos de discriminação, não apenas o racismo, podem resultar na marginalização do indivíduo.

---

<sup>6</sup> Cabe comentar que o racismo é entendido a partir da definição do antropólogo e professor brasileiro-congolês Kabengele Munanga. É a organização hierárquica das raças, onde a branquitude se coloca como superior e relega ao outro a posição de inferior (MUNANGA, 2004).

Portanto, Carmen pode não identificar com clareza a violência racial no discurso e ações dos atuais empregadores, mas, devido a outras características que possui, como seu gênero, sua ocupação e sua classe social, ela é tratada como alguém inferior e olhada “*com indiferença*”, como ela mesma define.

A fim de organizar seu relato, inicialmente serão analisadas as vivências desumanizadas trazidas pela trabalhadora em outros lares que não no trabalho atual. Conforme ela vai relatando, fica aparente que, de início, Carmen tem ainda algumas ressalvas ao julgar os ex-empregadores, mas aos poucos vai identificando com clareza situações precárias e humilhantes. Possivelmente, esse movimento se dá pela indagação da interlocutora, que faz alguns comentários apontando a gravidade de determinadas ações. Outro aspecto importante, talvez o mais importante da pesquisa, é que fica nítido como a memória e o julgamento são atravessados pelas emoções, impossibilitando, muitas vezes, que o indivíduo se perceba discriminado em relações de afeto. É interessante refletir o papel que é ocupado pelas emoções no dia a dia da trabalhadora – posteriormente isso será analisado com mais profundidade.

Entre os casos de humilhação, o primeiro que Carmen se recorda é quando uma antiga “patroa” deu comida estragada e vencida para ela comer. Mesmo assim, a trabalhadora faz questão de elogiar a empregadora. Conforme ela vai relembrado outras experiências, Carmen diz “*as outras patroas assim... ‘judiavam’<sup>7</sup>, mas nunca...*”. E então a interlocutora questiona como elas “judiavam”, Carmen responde “*no serviço...não tinha hora pra levantar, pra deitar, e assim, as alimentações...*”.

Em seguida, a trabalhadora relembra uma vivência muito violenta. Após quebrar um item da casa onde trabalhava, um “ex-patrão” se refere a ela como “*uma incompetente*” e diz “*por isso que você não deixa de ser uma empregada*”, entre outras humilhações. Carmen se demite exatamente no mesmo momento e reconhece a gravidade desta fala. Ela ainda revela: “*foi uma das casas que mais me senti humilhada*”. Esse caso impetuoso evidencia o lugar que é destinado ao trabalho doméstico no Brasil na maioria das vezes. Como foi apresentado na introdução dessa pesquisa, mesmo após a abolição da escravatura, os serviços domésticos não

---

<sup>7</sup> O verbo “judiar”, usado popularmente, é a junção de “judeu” com o sufixo “ar”. De forma depreciativa, refere-se a forma de maltratar, como os judeus foram maltratados no nazismo.

deixaram de serem vistos com extrema desvalorização e desempenhados por indivíduos considerados inferiores.

Quanto às dinâmicas relacionais e de trabalho com a atual família empregadora, alguns pontos são importantes de serem comentados. Iniciando pela abundante gratidão que Carmen tem pelos empregadores, principalmente devido ao “auxílio financeiro” que eles oferecem a ela. A mulher compartilha que a sua maior conquista foi a compra de um apartamento em uma comunidade próxima a um bairro nobre da zona sul de São Paulo, onde os patrões moram, e comprada, em grande parte, com o dinheiro emprestado por eles. Ela fala com muita alegria de como gosta de “curtir” dentro da casa, mesmo não sendo o bairro que tanto sonhava, mas o único que foi possível comprar com a quantia que tinha.

Em outros momentos da entrevista Carmen também comenta como é importante para ela ter seu próprio “cantinho” (termo usado por ela), mesmo quando ainda morava de aluguel. Uma queixa recorrente em seu relato foi o fato de ela não gostar de dormir na residência de seus empregadores, e isso aconteceu uma série de vezes na sua trajetória de trabalho, inclusive com a atual família. A trabalhadora compartilha que em um determinado momento pediu à “patroa” que a deixasse dormir em casa, e a empregadora respondeu “*pode ir dormir na sua casa se fizer todo o serviço*”. Tal serviço incluía servir o leite cedo ao “menino” mais novo, próximo das 6:00hs e tirar o jantar, às 21:00hs. Mesmo com essa condição, com os horários tão adversos e muito trânsito durante a locomoção, Carmen viu vantagem em dormir na sua própria casa.

Dormir no trabalho é um fenômeno muito comum nesta atividade laboral, porém, quando comparada com outras ocupações, mostra-se quase exclusiva do trabalho doméstico. Além de impedir a privacidade da trabalhadora, obriga-a a viver sob condições precárias tanto no quesito arquitetônico — tendo que viver nos “quartinhos de empregada”, muitas vezes dividindo espaço com artigos indesejados ou com animais de estimação, como foi o caso de Carmen: “*eu dormia no quarto cheio de jornais no chão e com os cachorros, que passavam o dia todo no jardim*” — quanto no sentido da exploração do trabalho, pois dificulta a separação da vida pessoal e do trabalho, muitas vezes aumentando a carga horária, conforme explicitado por Carmen anteriormente.

Entendendo não apenas esse lugar físico que é atribuído à trabalhadora na residência de seus empregadores, é de extrema importância analisar também o “lugar” afetivo-emocional que se configura para ela na residência e entre os familiares que a empregam.

A fim de analisar as relações entre trabalhadora e família empregadora, cabe retomar ideias que foram abordadas na introdução dessa pesquisa. O trabalho doméstico no Brasil tem como uma das principais características a neutralização das distâncias sociais resultante dos modos como culturalmente costumam acontecer as relações entre trabalhadoras domésticas e seus empregadores, em um misto de relações de trabalho (“empregada” / trabalhadora doméstica) e relações afetivo-emocionais (“alguém que faz parte da família”). Através de atitudes e condutas envoltas por emoções, carinhos e intimidade, diversas ações que reforçam a desigualdade social ficam mascaradas. Pensando nas relações descritas por Carmen, ela descreve com muito carinho o vínculo afetivo que possui com os “meninos”: *“eles tavam sempre junto comigo, principalmente o mais velho”*. Com o “patrão”, define esta relação como neutra e, com a “patroa”, considera ser um relacionamento muito bom, mas reconhece que está mais distante do que era no início. Para explicar esse afastamento, Carmen fala como a empregadora não deve ficar *“se misturando”*, e posteriormente fica claro que esse é o desejo do marido de sua empregadora, que chama atenção delas quando percebe que *“a conversa está demais”*. Ela complementa dizendo como respeita essa decisão, e justifica dizendo que *“ele é patrão, ela é patroa (...) e eu me coloco muito no meu lugar”*.

Fica claro que tais atitudes e imposições de determinadas regras, muitas vezes não verbalizadas, partem do “patrão”. Porém, de acordo com a forma como Carmen comenta, percebe-se que são regras irracionais e não questionadas por ela. Uma hipótese que possivelmente explicaria a passividade da trabalhadora quanto à imposição de limitações opressoras como as apresentadas seria aquela descrita no conceito cunhado pelo sociólogo, advogado e pesquisador do pensamento social brasileiro Jessé Souza, denominado *habitus precário*. A fim de compreender a naturalização das desigualdades sociais a partir dos textos do sociólogo francês Pierre Bourdieu, define

O *habitus precário* seria (...) aquele tipo de personalidade e de disposição de comportamento que não atende às demandas objetivas

para que um indivíduo ou um grupo social possa ser considerado produtivo e útil em uma sociedade moderna e competitiva, podendo gozar de reconhecimento social com todas as dramáticas conseqüências existenciais e políticas aí implicadas. (SOUZA, 2004, p. 87)

Tal conceito pode ser utilizado para explicar qualquer tipo de discriminação, visto que os oprimidos, independentemente de qual seja o discurso de ódio, são vistos como estes que possuem características que “não atendem às demandas objetivas” para serem considerados, reconhecidos e valorizados na sociedade.

Dessa forma, é possível compreender que as regras subentendidas por Carmen são comportamentos que ela entende serem adequados naquele determinado contexto, considerando o lugar de subalterna que é destinado a ela nesta relação de trabalho e na sociedade como um todo. Tais comportamentos não são ensinados explicitamente, a partir do conceito de *habitus* precário, é possível entendê-los como uma dimensão subjetiva, como se fosse algo natural do indivíduo de classes subordinadas.

No filme *Que horas ela volta?* (2015) fica evidente a presença de tais regras e comportamentos subentendidos que são esperados das trabalhadoras domésticas. Na trama, a atriz brasileira Regina Casé interpreta Val, a trabalhadora doméstica de uma família de classe média alta de São Paulo. Por um curto período, sua filha, Jéssica, interpretada pela atriz Camila Márdila, se muda para a casa onde a mãe trabalha. Jéssica, vinda do Nordeste e desacostumada com as dinâmicas dos serviços domésticos, fica inconformada diante da realidade desigual e análoga à escravidão que sua mãe vive. Em uma cena, quando está sendo punida pela genitora por ter entrado na piscina da casa, a jovem questiona:

*“Não sei onde é que tu aprendeu essas coisas que fica falando: ‘aí não pode isso, não pode aquilo’. Tava escrito em livro? Como é que é? Quem te ensinou? Tu chegou aqui e ficaram te explicando essas coisas?”.*

E, então, Val responde: *“isso aí ninguém precisa explicar não, a pessoa já nasce sabendo”*. A resposta da personagem Val exemplifica como essa forma de se portar, bem como o que pode e o que não pode ser feito nesta relação, é assimilada subliminarmente pelas trabalhadoras domésticas.

Tendo em vista a complexidade dessa relação, é de extrema importância analisar outras falas de Carmen. Antes de ser questionada se ela se sentia parte da

família, a entrevistada comenta como costuma ser apresentada a estranhos pela “patroa”: *“a dona Silvia me apresenta como parente, como se fosse da família”*. Posteriormente, a interlocutora pergunta se ela se sente parte da família e Carmen diz: *“entre aspas, me sinto entre aspas”*.

Ainda analisando as trocas afetivas, outro aspecto interessante é a forma como Carmen comenta ser tratada por um dos “meninos”, afirmando ser tratada como uma pessoa “qualquer”: *“ele me dá uma comida pra provar, no mesmo copo, no mesmo garfo...eu acho tão lindo isso (...) nos outros lugares eu não tinha isso, eu era tratada como uma empregada mesmo”*. Em seguida, ela se refere a si mesma como se fosse algo descartável, como se fosse um objeto; *“eles não se desfaz de mim”*. Essa objetificação do corpo negro é explicado por Gonzales (2020): “o racismo, enquanto discurso, se situa entre os discursos de exclusão, o grupo por ele excluído é tratado como objeto e não como sujeito” (p. 43). Em ambas as falas fica evidente como Carmen se entende como alguém inferior e como a sua ocupação carrega, também, essa inferioridade. Por mais que ela reconheça de forma positiva as atitudes do filho dos “patrões”, ela compreende e aceita ser tratada de forma desumanizada.

## DIDA

Já de antemão, na primeira fala de Dida, ela revela certo desconforto. Quando questionada quanto à sua raça/cor/etnia, a primeira resposta da trabalhadora é destinada ao serviço doméstico e o seu incômodo com questões referentes à luta de direitos para as minorias. Ela fala:

*“eu não tenho essa...eu acho que as pessoas entram nesse mundo de...meu serviço é como outro qualquer, então eu não tenho essa...eu não fico fazendo comparações (...) e na nossa categoria, hoje em dia, a gente ganha muito mais do que as outras pessoas. E é um serviço digno, não sei por que as pessoas se envergonham disso (...) ou porque é preto (...) a gente tá entrando em um negócio que tá tão chato. Eu sou negra, sou empregada doméstica, mas tá tão chato, porque eu não tenho que ter prioridade a mais que as outras pessoas e nem as outras pessoas a mais que eu (...) sem me priorizar porque eu sou empregada doméstica, não, vai priorizar por quê?”*

É interessante destacar que antes mesmo de comentar como se autodeclara, Dida faz questão de trazer sua opinião mais abrangente e crítica sobre a forma como sua ocupação é vista pela sociedade. Esse relato mostra certa contradição, pois, ao mesmo tempo que reconhece o trabalho doméstico como uma atividade digna, ela

aparenta se incomodar com os movimentos em prol da igualdade e reconhecimento. Tal constatação será fundamental para toda a análise da entrevista de Dida, possibilitando uma possível interpretação para a forma como ela entende sua trajetória de vida e de trabalho. Posteriormente, isso será analisado com mais profundidade a partir de outras falas da trabalhadora.

Considerando a trajetória de trabalho de Dida, desde os 19 anos ela trabalha para uma determinada família, ou seja, metade de sua vida viveu como trabalhadora doméstica deles. Compartilha que se sente parte da família, considera as “crianças” (forma como denomina os filhos dos “patrões”) como filhos e fala com muito carinho sobre o vínculo que foi criado com os integrantes da família que a emprega. Inclusive, este carinho fica marcado na forma como ela se refere a essas “crianças”, considerando que ambos são jovens adultos que moram sozinhos no exterior. Embora eles já estejam crescidos, ela ainda os vê como necessitantes de cuidados e carinho.

Pensando nesse vínculo, cabe comentar que a imersão no trabalho era tanta que Dida revela ter tido uma maternidade tardia e, de alguma forma, foi decorrente do trabalho, necessitando até de uma aprovação da “patroa”. Foi apenas há cinco anos que a entrevistada decidiu construir sua própria família e deixar de morar na casa onde trabalha. Coincidentemente ou não, o período em que se sentiu pronta para ser mãe foi exatamente na época em que seus empregadores passaram mais de um semestre morando em um país do exterior. Ou seja, na ausência dos empregadores, ela pôde finalmente dar atenção à sua vida pessoal.

Fica evidente como, de certa forma, Dida passou anos de sua vida desempenhada a cuidar de uma família que não era a sua família consanguínea. Nesse caso, é possível compreender que, ao colocar o trabalho em detrimento de sua própria família, transpassaria até o fenômeno chamado de dupla jornada, visto que Dida nem sequer tinha uma família, consequência da impossibilidade de separar o trabalho da sua vida pessoal, já que morava em período integral no serviço.

Já nos dias de hoje, e em complemento a isso, ao falar sobre a filha de apenas três anos, Dida diz: *“meu esposo que cuida dela, busca e pega na creche, porque ele trabalha à noite”*, mas ainda comenta *“é bom porque ele me ajuda, mas não vejo ele muito”*. Portanto, pode-se dizer que, de certa forma, ela teve que abdicar de ter uma relação mais próxima com o marido e priorizar os cuidados da filha, que não podem ser exercidos por ela, por conta do trabalho. Mesmo que de forma diferente das

demais trabalhadoras, que em sua maioria são obrigadas a cuidar dos filhos sem ajuda dos companheiros, Dida é prejudicada, sendo obrigada a mitigar a atenção de sua família pela necessidade da “outra família”.

Além de se sentir parte da família no sentido afetivo-emocional, Dida de fato ocupa um lugar diferenciado, considerando o que se é esperado de uma trabalhadora doméstica em lares de classe média alta na Grande São Paulo. Por trabalhar há muitos anos para a mesma família e ter conquistado certa confiança, a entrevistada se define como “*braço direito*” da “patroa” e diz: “*ajudo ela em tudo, até nas coisas do escritório*”. Ademais dos serviços domésticos mais comuns, Dida desempenha algumas outras funções; a parte financeira da casa, compras dos alimentos e organização dos demais funcionários. Diferentemente de outras trabalhadoras domésticas, ela também tem direito a um convênio de saúde bancado pelos empregadores e foi presenteada com um carro para ir e vir ao/do trabalho. É interessante que em certo momento da entrevista Dida compara sua ocupação a outras, principalmente às de funcionários de grandes empresas – o seu empregador é dono de uma grande empresa. Ela compartilha:

*“as vezes a pessoa trabalha dentro de uma empresa e o chefe nem conhece, mas de alguma forma eles são reconhecidos. Mas a trabalhadora doméstica, que trabalha direto com a pessoa, não era reconhecida, então é muito injusto. A lei, o governo que não reconhece...porque aqui mesmo eles quiseram saber o que fazer com a gente, ‘vamos combinar como vamos fazer agora’”.*

Junto a isso, ela também comenta sobre a importância da PEC das trabalhadoras domésticas e como foi prejudicada financeiramente pelo tardio reconhecimento.

Outra fala relevante de ser analisada é a resposta que Dida fornece quando questionada se já havia sofrido qualquer tipo de preconceito no ambiente de trabalho. Ela nega e justifica dizendo: “*sempre tive sorte de pegar uma família boa*”; e adiciona: “*nunca me dei esse tipo de ofensa, nunca fiquei me vitimizando ou achando ‘ai, ela tá me olhando porque eu sou empregada doméstica’, sabe?...tudo que gera atenção gera poder*”. Além do que foi verbalizado por ela, a forma como encerra rapidamente a fala, sem abrir espaço para perguntas ou detalhes, desperta uma certa curiosidade por parte da interlocutora. A partir desse relato é possível complementar o que foi revelado anteriormente nessa pesquisa. Dida aparenta ter uma certa dificuldade de

reconhecer as distâncias sociais que possui com os empregadores, negando qualquer tipo de discriminação e não abrindo espaço para crítica. Ao falar como “não dá atenção” para comentários ou situações preconceituosas, ela revela que os ignora, mas não garante que não existam.

## **7. Comparação das entrevistas**

O objetivo desse capítulo é, a partir das análises feitas anteriormente, promover uma discussão, comparando as narrativas das duas entrevistadas, de modo a apresentar as semelhanças entre as falas e vivências de cada trabalhadora. Entende-se aqui que Carmen e Dida tiveram trajetórias que se assemelham devido a algumas características, enquanto mulheres, negras, pobres, moradoras de São Paulo e trabalhadoras domésticas. Porém, é importante compreender que embora elas sejam atravessadas pelas mesmas determinações sociais, cada uma processa tais vivências de modos singulares.

Previamente à análise, é necessário apresentar e comentar alguns aspectos atitudinais notados pela entrevistadora ao longo das entrevistas com ambas as participantes.

Ao longo da entrevista, Carmen se mostrou mais engajada e interessada em compartilhar suas vivências. Aparentava estar mais à vontade para se abrir do que Dida. Isso fica expresso no tempo de duração de cada entrevista. Carmen expressou uma narrativa mais detalhada que durou cerca de três vezes mais que o tempo da entrevista com Dida. Enquanto Carmen apresentou diversos exemplos e contribuiu para o aprofundamento da pesquisa, Dida fez breves comentários e praticamente apenas seguiu respondendo às perguntas elaboradas pela entrevistadora e apresentadas no Roteiro de Perguntas. Outra informação é que, embora ambas tenham escolhido como local de entrevista a casa onde trabalham, Dida preferiu realizá-la dentro da residência, na sala de estar, enquanto Carmen optou pela área pública do prédio.

### **7.1. Trabalho doméstico por obrigação**

Um elemento semelhante na trajetória de vida das entrevistadas é a precoce inserção na profissão. Dida inicia aos dezessete anos, como ajudante da mãe, também trabalhadora doméstica. Já Carmen começa ainda mais cedo, aos doze, cuidando de outras crianças depois da escola. Mais do que abdicar de outras oportunidades, para ambas o trabalho doméstico apresentou-se como única possibilidade. Com a necessidade de obtenção de renda e a carência de estudos, a tal ocupação surge como uma imposição para as mulheres negras e de baixa renda.

Essa especificidade não é exclusiva das entrevistadas. Grande parte deste grupo social tem o trabalho doméstico quase como uma obrigação para sobreviver. E complementando com o que foi exposto por Brites e Picanço (2014), muitas vezes a única forma dessas mulheres participarem da sociedade de consumo é por meio de atividades laborais desvalorizadas, como o serviço doméstico.

Há possíveis justificativas para este fenômeno. Considerando a desigualdade do Brasil, negros e pobres possuem menos oportunidades e estão fadados a uma marginalização, restando a eles trabalhos desvalorizados. Pensando estritamente no caso das mulheres, ressalta-se a atribuição de serviços relacionados ao cuidado a elas. Ou seja, além de participarem de grupos desfavorecidos no sentido econômico e racial, o seu gênero limita ainda mais sua participação em outros espaços. Não é à toa que, de acordo com o Instituto de Pesquisa Aplicada, enquanto “14,6% das mulheres brasileiras ocupadas concentravam-se em atividades remuneradas no trabalho doméstico”, menos que 1% dos ocupados do sexo masculino trabalham com serviços domésticos (IPEA, 2019, p. 11).

Nesse sentido, é interessante analisar essa inseparabilidade das diferentes relações de poder – sejam elas de classe, gênero e raça - que recaem sobre as trabalhadoras domésticas negras, como Dida e Carmen. Essa interação entre opressões, denominada de *Interseccionalidade*, é essencial para compreendermos a complexidade dos serviços domésticos e a gravidade da violência imposta às mulheres negras e pobres. Assim, é possível lançar luz à “multiplicidade de experiências do ‘ser mulher’” (LIMA, 2020, p. 5) como forma de se contrapor a uma visão discriminatória presente no discurso racista, capitalista e patriarcal.

Tendo em vista o lugar negligenciado que é destinado à trabalhadora doméstica, especialmente se esta for negra, como no caso das duas entrevistadas, é possível compreender que a escassez de ocupações dadas a este grupo social se dá justamente pela desigualdade social, racial e de gênero presentes na sociedade e violentamente vividas por elas. E, como conclui Gonzales (2020,) isso as “coloca numa situação de sujeição, de dependência das famílias de classe média branca” (p. 42).

## 7.2. Sedução por meio do dinheiro

Outro aspecto presente em ambas as narrativas é o forte distanciamento social das trabalhadoras domésticas e das famílias empregadoras devido às respectivas condições financeiras. Ainda que tal desigualdade não tenha sido abordada nessa pesquisa com tanta ênfase como no caso das desigualdades de gênero e de raça, os discursos de Dida e Carmen são atravessados por essa questão. É fundamental reconhecer que em um sistema capitalista, no qual práticas são constantemente voltadas para o acúmulo de riquezas, é essencial que haja tanto a classe que concentra “as propriedades dos meios de produção (...) e a outra classe [...] para a qual a venda da força de trabalho seja a única fonte de subsistência” (CATANI, 2011, p. 8).

Ao compartilharem suas histórias de vida, Carmen e Dida recordam as dificuldades financeiras e as condições precárias que viveram durante a infância e juventude. Justamente por isso que iniciaram, como foi descrito no item anterior, de forma tão precoce a respectiva profissão. Em contrapartida, as famílias empregadoras, constituídas estritamente por brancos, vivem e viveram realidades muito diferentes de tais mulheres e de grande parte da população brasileira. Desde viagens ao exterior, casas com diversos cômodos e outros privilégios — inclusive o de poder bancar os serviços domésticos prestados por Carmen e Dida — tais famílias compõem a classe média alta do país.

A situação econômica que distancia os dois grupos sociais em questão também é o motivo para os unirem. Além da emoção e do afeto, temas que serão aprofundados em seguida, a renda também é um fator que mascara a desigualdade escancarada nessa dinâmica profissional e relacional. Ambas as entrevistadas trouxeram a abundante gratidão que sentem por seus “patrões”, descritos como generosos, graças aos diversos bens e auxílios que proporcionaram a elas.

No caso de Carmen, ela comenta como conseguiu o apartamento que tanto ama por conta da ajuda financeira dos “patrões”. Além disso, relata alguns casos em que nos momentos de desespero diante de contas a pagar a “patroa” era sua “salvadora”, como ela mesma diz. Já no caso de Dida, as situações são ainda mais incomuns das normalmente encontradas nos trabalhos domésticos: ela foi

presenteada com um carro, recebe convênio médico para ela e toda sua família, viajou inúmeras vezes para o exterior, entre outras “regalias”.

Porém, o que chama atenção não são os benefícios patrocinados pelos empregadores, mas sim quais são as consequências de tais ações e o que elas irão proporcionar em troca para seus empregadores, já que na lógica capitalista nada acontece sem uma contrapartida. No capitalismo, aqueles que possuem maior poder irão comprar, independentemente de como, a força de trabalho dos oprimidos. Em outras palavras, é por meio destes auxílios financeiros que a desigualdade será reforçada nessa dinâmica relacional.

Esse movimento ocorre sobretudo pela vida precarizada que vivem tais mulheres e, assim, a renda passa a ter uma atração ainda maior. É como se os empregadores, de forma sutil, utilizassem dessa carência para seduzirem as trabalhadoras a viverem em condições desumanas. A fim de exemplificar, será utilizado o dia a dia de Dida. Enquanto relata sua rotina de trabalho, ela é questionada pela interlocutora quanto aos horários de entrada, pois chega às 6:00hs da manhã no serviço depois de passar na padaria para comprar itens para o café da manhã dos “patrões”. A mulher responde: “*não é tão ruim porque eu venho de carro, eles me deram carro, né?...*”. Esse e outros exemplos descrevem sutilmente as condições de trabalho precárias que na maior parte das vezes não são reconhecidas pelas trabalhadoras.

### **7.3. Emoção e Discriminação**

Previamente à análise, é necessário expor a definição de cuidado para Orozco et al. (2006): “gestão e a manutenção da vida e da saúde, a necessidade mais básica e diária que permite a sustentabilidade da vida” (p. 54). O cuidado abrange tanto o sentido material, sobre as necessidades fisiológicas, como o sentido imaterial, relativo aos aspectos afetivo-relacionais. Levando em consideração as funções destinadas à trabalhadora doméstica, Machado (2014) entende o trabalho doméstico como “o trabalho da manutenção da vida”. Portanto, é possível compreender que o serviço doméstico tem como principal instrumento o cuidado e, conseqüentemente, ele é carregado de afeto, carinho e emoção.

Diferentemente de outras ocupações e embora seja uma atividade laboral remunerada, o trabalho doméstico possui características que o distanciam do modelo

capitalista tradicional. Seja pela dificuldade em materializar e atribuir valor aos afazeres desempenhados por tais trabalhadoras, pela complexidade em fiscalizar um serviço desvalorizado que ocorre dentro da intimidade das famílias ou pela ambiguidade afetiva que perpassa as relações empregador-trabalhadora. Aos descreverem as relações, principalmente com “patroas” e filhos dos “patrões”, revelam o carinho e afeto que sentem por eles.

Tais particularidades estão presentes nas narrativas de ambas as trabalhadoras, mesmo que com trajetórias e perspectivas subjetivas, é possível identificar semelhanças na forma como são os vínculos, no dia a dia do trabalho e na maneira como são exploradas, mesmo que de forma disfarçada.

Decorrente destes vínculos afetivos, fica evidente que, como foi descrito na introdução da presente pesquisa, há certa ambiguidade afetiva que perpassa as dinâmicas relacionais. Quando questionadas sobre vivências de discriminação e preconceito no atual trabalho, de antemão, Dida e Carmen negam, utilizando como justificativa o carinho, como são (minimamente) respeitadas ou mesmo o auxílio financeiro, apontado no item anterior. Entretanto, é possível identificar que essa intensa intimidade e aproximação ultrapassa os limites da relação profissional e mascara a desigualdade.

Tal fenômeno pode ser observado no exemplo dado por Carmen. Ela descreve como era desafiadora a relação com um ex-empregador: “*nem a esposa gostava dele... ele era muito grosso com todo mundo*”. Ou seja, nessa relação, Carmen não sentia carinho ou afeto e foi justamente em relação a ele que conseguiu lembrar e compartilhar um episódio violento: “*o momento mais humilhante que já vivi*”. Portanto, pode-se dizer, como foi elucidado por Coutinho et al. (2018), que “quando a afetividade é desfeita” [...] ficam explícitos [...] “os lugares sociais entre empregado doméstica e suas empregadoras” (p. 20). Em outras palavras, quando o vínculo não é mediado pela emoção, as discriminações passam a ser perceptíveis.

#### **7.4. As Mães-Pretas da contemporaneidade**

Uma união fundada no amor presente e na violência pregressa. A violência que fendeu a alma da escrava, abrindo o espaço afetivo que está sendo invadido pelo filho do senhor. (ALENCASTRO, 1997, p. 52)

Ao se referirem aos filhos dos patrões, Carmen, bem como Dida, escolhem substantivos carinhosos e infantis para nomeá-los, “meninos” e “crianças”, respectivamente. Essa escolha revela como elas os veem de forma imatura e necessitantes de cuidado, mesmo que os quatro já sejam adultos.

Aprofundando a análise desses aspectos afetivos, cabe comentar como essas trabalhadoras desempenharam uma espécie de função materna junto aos filhos dos “patrões”, o que explicaria tamanho carinho. E esta é mais uma característica que aproxima o trabalho doméstico remunerado da escravidão, visto que na época colonial as chamadas mãe-pretas<sup>8</sup> eram responsáveis por todos os cuidados, inclusive amamentação, dos filhos dos senhores.

A partir de um compartilhamento de Dida, fica expresso como essa relação é marcada por muita intimidade. A trabalhadora estava comentando como não queria ir à festa de formatura do filho mais novo dos “patrões” e que foi convencida quando ele falou: “*mas Dida, você fez parte disso, eu dormia todos os dias com você...*”.

A fala da entrevistada pode ser relacionada com o filme *Que horas ela volta?* (2015), citado anteriormente. Na trama, Val, a trabalhadora doméstica, tem uma relação de muito carinho e intimidade com Fabinho, interpretado pelo ator Michel Joelsas, filho único dos “patrões”. Um vínculo afetivo é de tal intensidade que o rapaz se sente mais íntimo e acolhido por ela do que pela própria mãe biológica, Bárbara. Assim como diversas famílias de classe média, Fabinho foi criado pela trabalhadora doméstica, já que a mãe era ausente por conta de seu trabalho extradomiciliar. É inclusive por essa ausência que o longa é chamado dessa forma. Fabinho, ainda criança, questiona quando a mãe irá retornar. Em uma determinada cena, fica evidente como o jovem tem preferência por sua “*mãe-preta*”. Ao descobrir que não havia passado no vestibular, triste e carente, Fabinho vai dormir com Val em seu pequeno quarto.

---

<sup>8</sup> É necessário expor que, além das mães-pretas, tiveram inúmeros casos em que as mulheres negras eram estupradas e então, biologicamente, eram as mães dos filhos do senhor. A violência sob o corpo da mulher negra era muito comum na época colonial. Inclusive, é justamente por essas violências sexuais que nasce o mito da democracia racial: “a crença de que o racismo inexistente em nosso país graças ao processo de miscigenação” (GONZALES, 2020, p. 50).

## 8. Considerações Finais

Entendendo como se constitui o contexto do trabalho doméstico assalariado e um pouco de sua complexidade, a partir da análise das entrevistas foi possível observar importantes sentidos nos discursos de Dida e Carmen. Tendo em vista as determinações inscritas na divisão sexual e racial do trabalho, essa atividade laboral é ocupada, majoritariamente, por mulheres negras, que foi como ambas as participantes entrevistadas se autodeclararam.

Partindo desse pressuposto, é inegável que o serviço doméstico tenha resquícios da escravidão em sua constituição, resultando em condições de trabalho nitidamente degradantes. Com as entrevistas, foram identificadas similaridades quanto à carga horária de trabalho exaustiva, nas atividades e funções, na invisibilidade de reconhecimento, na dinâmica relacional marcada por submissão e intimidade e na diferença racial entre os dois grupos envolvidos. Como conclui Kofes (1990), a única característica que diferencia a trabalhadora doméstica da mulher negra escravizada é o fato da primeira desempenhar um serviço remunerado.

Atentando para o objetivo da presente pesquisa, que foi compreender o sofrimento psicossocial vivenciado pelas trabalhadoras domésticas, é essencial revelar que, de acordo com os discursos trazidos por Dida e Carmen, nota-se o peso que os afetos possuem no enquadramento dos serviços domésticos no âmbito da cultura brasileira. E, ainda, entendendo a lógica afetiva descrita por Bosi (2003) segundo a qual atravessa o ato de rememoração, conclui-se pela relevância do uso de entrevistas semiestruturadas quando se intenta conhecer experiências e vivências que remetem também às histórias pessoais.

De forma geral, o conteúdo mais enfatizado por Carmen e Dida foi o carinho que elas sentem pelas famílias empregadoras, principalmente pelas “patroas” e seus filhos.

Já os homens empregadores (os “patrões”) apresentam-se como aqueles que delimitam o lugar da trabalhadora no lar e estabelecem uma relação exclusivamente profissional. No relato de Carmen, tal fenômeno fica evidente. Ela descreve de forma detalhada a relação com cada integrante da família, apontando a rigidez do “patrão”, que exige comportamentos subentendidos e impõe barreiras na relação da esposa com a trabalhadora.

Em contrapartida, os vínculos com as empregadoras são marcados por intimidade e afeto, em ambos os casos. Supõe-se que essa distinção nas relações se dá pela construção social de cada gênero. As patroas, enquanto mulheres, se identificam com as trabalhadoras, no sentido de serem colocadas no lugar daquela que cuida, que reproduz a vida e mantém a casa, como entendem Hirata e Kergoat (2007). A trabalhadora entra em cena justamente para substituir os deveres que recaem sobre a mulher — esposa, mãe e dona de casa —, já que esta, ao ser inserida no mercado de trabalho, se vê sobrecarregada e abusa de seu privilégio para recorrer aos serviços domésticos. Devido a isso, não é à toa que ocorre o fortalecimento da intimidade das trabalhadoras domésticas com os filhos de seus empregadores. Trabalhando extradomiciliarmente, nos momentos de desamparo e angústia, as “patroas” veem Dida e Carmen como suas fontes de cuidado, afeto e segurança. E este vínculo se fortalece ainda mais quando a funcionária cuida das crianças filhas de seus empregadores desde o início da infância, como foram os casos das entrevistadas.

Entretanto, mesmo que haja vínculos afetivos, há claras marcas de poder que delineiam o espaço do dominador e do dominado, ampliando o abismo social presente entre eles. Conforme o que foi lembrado pelas participantes, é possível identificar tais discriminações por parte dos empregadores, seja nas entrelinhas ou de forma explícita. No entanto, fica evidente que elas têm dificuldade em reconhecer os preconceitos e humilhações, sobretudo nas relações permeadas por afetos ou por outros instrumentos de sedução, como o dinheiro.

Conclui-se, então, o que foi descrito na introdução: são encontradas contradições no contexto do trabalho doméstico, a denominada ambiguidade afetiva, e é justamente a desigualdade social que mantém esse contato íntimo entre trabalhadora e empregador, como revelam Nogueira e Guedes (2021). E, complementando, como elucidada Sawaia (2009), “por trás da desigualdade social há sofrimento, medo, humilhação” (p. 01). Mesmo que mascarada, a discriminação está presente na dinâmica de trabalho das trabalhadoras domésticas.

Levando em consideração tanto a presença das diferentes formas de opressão vivenciadas por tais trabalhadoras, quanto a manutenção do trabalho escravo, mesmo que de outra forma, citando a psicóloga e psicanalista Fabiana Villas Boas (2022) “é

preciso retornar ao passado, para ressignificar o presente e construir o futuro (...) há muito passado pela frente” (p. 57).

## 9. Referências Bibliográficas

ALENCASTRO, L. F. de. **História da vida privada no Brasil: Império, a corte e a modernidade nacional**. Companhia das Letras: São Paulo, 1997. 523p.

BERNARDINO-COSTA, J. Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 30, n. 1, p. 147-163, abr. 2015.

BEZERRA, K. W. F. L. **Trabalho doméstico no Brasil: origens, regulamentação e representação em Machado de Assis, Monteiro Lobato e Clarice Lispector**. 2017. 139f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2017.

BOAS, F. V. Clínica Psicanalítica das Relações Raciais: há muito passado pela frente. In: COSTA, J. F.; BOAS, F. V.; DUNKER, C.; MELO, R. X. de; BELO, F. (orgs.). **Relações raciais na escuta psicanalítica**. São Paulo: Zagodoni, 2022.

BOSI, E. Sugestões para um jovem pesquisador. In: **O tempo vivo da memória: ensaios de Psicologia Social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. p. 59 - 67.

\_\_\_\_\_. A pesquisa em memória social. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 4, n. 1-2, p. 277- 284, 1993. Disponível em <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicousp/v4n1-2/a12v4n12.pdf>>. Acesso em: 23 outubro 2021.

BRASIL, Decreto-Lei nº 71.885, de 09 de março de 1973. **Diário Oficial da União**, 9 de mar. de 1973. Seção 1, p. 2385.

BRITES, J. Afeto e desigualdade: gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 29, p.91-109, jul./dez. 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cpa/a/sYvxW4VrSjVfNcPpwmncMfx/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 20 agosto 2022.

\_\_\_\_\_. A naturalização das relações hierárquicas. In: **Afeto, Desigualdade e Rebeldia: bastidores do serviço doméstico**. 2000. 239f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2000. Disponível em: <<https://repositorio.unisc.br/jspui/bitstream/11624/7111/1/JuremaBrites.pdf>>. Acesso em: 4 de maio 2021.

\_\_\_\_\_.; PICANÇO, F. O emprego doméstico no Brasil em números, tensões e contradições: alguns achados de pesquisas. **Revista Latino-Americana de Estudos do Trabalho**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 31, p. 131-158, 2014. Disponível em: <<https://www.dtemdebate.com.br/o-emprego-domestico-no-brasil-em-numeros-tensoes-e-contradicoes-alguns-achados-de-pesquisas/>>. Acesso em: 08 outubro 2022.

CATANI, A. M. **O que é Capitalismo**. 35ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2011. 144p.

CISNE, M. Relações sociais de sexo, “raça” /etnia e classe: uma análise feminista-materialista. **Temporalis – Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**, Brasília, v. 14, n. 28, p. 133-149, jul./dez. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/7886>>. Acesso em: 22 novembro 2021.

COLLINS, P. H. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento [1990]. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019. 480p.

COUTINHO, M. C.; MADERS, T. R.; WESTRUPP, M. B.; D’ÁVILA, G. T. História de uma trabalhadora doméstica. **Athenea Digital - Revista de Pensamento e Investigación Social**, v. 18, n. 2, p. 1940, 2018. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/journal/537/53755753005/html/>>. Acesso em: 13 setembro 2022.

DIOGO, M. F. **De balde a vassoura na mão**: os sentidos dos trabalhos para as mulheres que exercem suas funções no setor de limpeza e conservação em uma empresa prestadora de serviços em Santa Catarina. 2005. 161f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2005.

FROCHTENGARTEN, F. A memória oral no mundo contemporâneo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 55, p. 367-376, dez. 2005. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10116>>. Acesso em: 24 novembro 2021.

\_\_\_\_\_. Memória e colonização em Carlos Drummond de Andrade. **Psicologia e Sociedade**, Porto Alegre, v. 16, n. 3, p. 97-101, 2004.

GENTILLI, R. Desigualdades Sociais, Subjetividade e Saúde Mental: desafios para o Serviço Social. **SER Social**, Brasília, v. 13, n. 28, p. 210-230, jan./jun. 2011. Disponível em: <[https://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/view/12688](https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12688)>. Acesso em: 3 junho 2021.

GOLDSTEIN, D. M. The Aesthetics of Domination: Class, Culture, and the Lives of Domestic Workers. In: **Laughter out of place**: Race, Class and Sexuality in a Rio Shantytown. Berkeley, University of California Press, 2003. p. 58-101.

GONÇALVES FILHO, J. M. Humilhação social: humilhação política. In: SOUZA, B. de P. (org.). **Orientação à queixa escolar**. São Paulo: Portal de Livros Abertos da USP, 2020. p. 187-221. Disponível em: <<https://orientacaoqueixaescolar.ip.usp.br/wp-content/uploads/sites/462/2020/11/CAP.8.pdf>>. Acesso em: 04 setembro 2021.

GONZALES, L. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. 376p.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, set/dez. 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvtWGDvFqRmidsBWQ/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 04 setembro 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Os desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI**: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD contínua. Texto para Discussão 2528, Brasília, 2019. Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_2528.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2528.pdf)>. Acesso em: 4 setembro 2022

KOFES, M. S. **Diferença e identidade nas armadilhas da igualdade e desigualdade**: interação e relação entre patroas e empregadas domésticas. 1990. 447f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Departamento Antropologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1990. Disponível em: <[https://www.pagu.unicamp.br/pf-pagu/public-files/arquivo/131\\_kofes\\_suely\\_termo.pdf](https://www.pagu.unicamp.br/pf-pagu/public-files/arquivo/131_kofes_suely_termo.pdf)>. Acesso em: 20 setembro 2022.

LANA, L. “Da porta da cozinha pra lá”: gênero e mudança social no filme Que horas ela volta?. **RuMoRes**, São Paulo, v. 10, n. 19, p. 121-137, jan./jun. 2016. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/Rumores/article/view/110278>>. Acesso em: 19 abril 2021.

LE GUILLANT, Louis. Incidências psicopatológicas da condição de empregada doméstica. In: LIMA, M. E. A. (org.). **Escritos de Louis Le Guillant**: da ergoterapia à psicopatologia do trabalho. Petrópolis: Vozes, 2006. p. 242-286.

LESER DE MELLO, S. **Trabalho e sobrevivência**: mulheres do campo e da periferia de São Paulo. São Paulo: Ática, 1988.

LIMA, K. F. de. **Interseccionalidade e Consubstancialidade**: descolonizando as perspectivas. Disponível em: <[https://www.32rba.abant.org.br/simposio/view?ID\\_SIMPOSIO=120](https://www.32rba.abant.org.br/simposio/view?ID_SIMPOSIO=120)>. Acesso em: 10 setembro 2022.

LUDERMIR, A. B. Desigualdades de classe e gênero e saúde mental nas cidades. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 451-476, 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/physis/a/VDqwQWys6Jyvf6z6DdcbHtq/?lang=pt>>. Acesso em: 19 abril 2021.

MACHADO, M. S. Trabalho remunerado e trabalho doméstico: conciliação. ÁVILA, M. B.; FERREIRA, V. (orgs). **Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres**. Recife: SOS Corpo e Instituto Patrícia Galvão, 2014. p. 51-76.

MINAYO, M. C. de S. **O Desafio do Conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 14ª ed. São Paulo: Hucitec, 2014. 416p.

MUNANGA, K. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira. Niterói: EDUFF, 2004. Disponível em: <[biblio.fflch.usp.br/Munanga\\_K\\_UmaAbordagemConceitualDasNocoosDeRacaRacis moldentidadeEEtnia.pdf](biblio.fflch.usp.br/Munanga_K_UmaAbordagemConceitualDasNocoosDeRacaRacis moldentidadeEEtnia.pdf)>. Acesso em: 21 outubro 2022.

NOGUEIRA, T. P. C. C. R.; GUEDES, M. de C. Entre desigualdades no trabalho: classe, raça, gênero e o emprego doméstico no Rio de Janeiro. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 52, n. 1, p. 205-244, mar./jun. 2021.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Passos para a ratificação da Convenção nº 189 sobre as trabalhadoras e os trabalhadores domésticos. **Notas OIT:** o trabalho doméstico remunerado na América Latina e Caribe, 2011. Disponível em: <[http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/gender/pub/notas\\_oit\\_%208\\_797.pdf](http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/gender/pub/notas_oit_%208_797.pdf)>. Acesso em: 10 jun. 2022.

OROZCO, A. P. et al. Análises feministas: outro olhar sobre a economia e a ecologia. In: FARIA, N.; MORENO, R. (orgs). **Coleção de Cadernos Sempre Viva. Série Economia e Feminismo**, n. 3. São Paulo: Ed. SOF, 2012. p.51-84.

PRETA-RARA. **Eu, empregada doméstica:** a senzala moderna é o quartinho da empregada. Belo Horizonte: Letramento, 2019. 212p.

QUE Horas Ela Volta?. Direção de Anna Muylaert. Rio de Janeiro: Globo Filmes, Gullane, África Filmes, 2015. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=xf\\_3-CKwL64&t=4070s](https://www.youtube.com/watch?v=xf_3-CKwL64&t=4070s)>.

ROLLINS, J. Entre Femmes: les domestique et leur patronnes. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, Paris, n. 84, p. 63-77, 1990.

SANTOS, J. K. C. **Quebrando as correntes invisíveis:** uma análise crítica do trabalho doméstico no Brasil. 2010. 85 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de Brasília. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2010.

SAWAIA, B. O sofrimento ético-político como categoria de análise. In: **As artimanhas da exclusão:** análise psicossocial e ética da desigualdade social. Vol. 2. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 97-118. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5648113/mod\\_resource/content/1/Mello%20%282001%29%20-%20A%20viol%C3%Aancia%20urbana%20e%20a%20exclus%C3%A3o%20de%20jovens%20%5Bleitura%20principal%5D.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5648113/mod_resource/content/1/Mello%20%282001%29%20-%20A%20viol%C3%Aancia%20urbana%20e%20a%20exclus%C3%A3o%20de%20jovens%20%5Bleitura%20principal%5D.pdf)> Acesso em: 18 outubro de 2021.

\_\_\_\_\_. Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. **Psicologia & Sociedade**, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 364-372, 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-71822009000300010>>. Acesso em: 09 novembro 2022.

SILVA, C. L. L. S.; ARAUJO, J. N. G. de; MOREIRA, M. I. C; BARROS, V. A. O trabalho de empregada doméstica e seus impactos na subjetividade. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 454-470, jan. 2017. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1677-11682017000100028&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682017000100028&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 03 junho 2021.

SOUZA, J. Gilberto Freyre e a singularidade cultural brasileira. **Tempo Social**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 69-100, mai. 2000. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12320>>. Acesso em: 23 junho 2021.

\_\_\_\_\_. A gramática social da desigualdade brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 19, n. 54, p. 79-96, 2004. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-69092004000100005>>. Acesso em: 21 outubro 2022.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** [1985]. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018. 133p.

TAJFEL, H. **Grupos humanos e categorias sociais**. Vol. 1. Lisboa: Livros Horizontes, 1983. 184p.

TEIXEIRA, J. C.; SARAIVA, L. A. S.; CARRIERI, A. de P. Os lugares das empregadas domésticas. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 22, n. 72, p. 161-178, mar. 2015.

VIEIRA, C. E. C. **Transtorno de Estresse Pós-traumático nos contextos de trabalho**: das experiências traumáticas ao desenvolvimento do transtorno mental. 2014. 292f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2014. Disponível em: <[https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-9RQF9D/1/tese\\_tept\\_nos\\_contextos\\_de\\_trabalho\\_\\_das\\_experiu00cancias\\_\\_traumu00c1ticas\\_\\_ao\\_transtorno\\_mental.pdf](https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-9RQF9D/1/tese_tept_nos_contextos_de_trabalho__das_experiu00cancias__traumu00c1ticas__ao_transtorno_mental.pdf)>. Acesso em: 23 junho 2021.

## APÊNDICE A – Roteiro de entrevistas

Data:

Local da entrevista:

Duração da entrevista:

### I. Dados biográficos

Nome:

Nome fictício: (caso não queira ser chamada pelo verdadeiro nome)

Idade:

- 1- Como você se autodeclara quanto à raça/cor/etnia?
- 2- Como você se considera quanto a gênero?
- 3- Com quem você mora? (constelação familiar)
- 4- Qual seu nível de escolaridade?
- 5- Onde você mora e trabalha atualmente?

### II. História de vida e História de vida de trabalho

- 6- Me conte um pouco sobre sua história de vida. Como foi a sua infância/juventude?
- 7- Quando você trabalhou pela primeira vez?
- 8- Que trabalhos você realizou além do trabalho doméstico?

### III. Presente e cotidiano de trabalho

- 9- Qual a sua atual situação de trabalho?
- 10- Há quanto tempo você trabalha para essa família?
- 11- Me descreva um dia ou uma semana típicos de trabalho.
- 12- Como é trabalhar para essa família?
- 13- Quais são os principais desafios ou dificuldades desse trabalho?

- 14- Como é a sua relação com a família para quem você trabalha? Me conte um pouco da relação com cada integrante dessa família.
- 15- Você se considera parte da família?
- 16- Você já sofreu alguma situação de preconceito nesse trabalho?

#### IV- Futuro e perspectivas

- 17- A partir da sua experiência, como você imagina que poderia ser uma condição de trabalho mais digna e justa para as trabalhadoras domésticas?
- 18- Quais são seus sonhos e projetos de vida, para você e sua família?

